

Resenha: Educação e ilusão liberal: origens da Escola Pública Paulista

Orso, Paulino José

Veröffentlichungsversion / Published Version
Rezension / review

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Orso, P. J. (2000). Resenha: Educação e ilusão liberal: origens da Escola Pública Paulista. [Review of the book *A educação e a ilusão liberal: origens da Escola Pública Paulista*, by C. d. Reis Filho]. *ETD - Educação Temática Digital*, 2(1). <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-106267>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer Free Digital Peer Publishing Licence zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den DiPP-Lizenzen finden Sie hier:
<http://www.dipp.nrw.de/lizenzen/dppl/service/dppl/>

Terms of use:

This document is made available under a Free Digital Peer Publishing Licence. For more Information see:
<http://www.dipp.nrw.de/lizenzen/dppl/service/dppl/>

EDUCAÇÃO E ILUSÃO LIBERAL

Casemiro dos Reis Filho. *Educação e ilusão liberal : origens da Escola Pública Paulista*. Campinas, SP : Autores Associados, 1995.

Resumo

Esta resenha se refere à obra de Casemiro dos Reis Filho, resultado de sua pesquisa de doutorado em Educação pela PUC/SP, que consiste num estudo crítico sobre o ensino público paulista nos níveis primário, secundário e superior durante a implantação da Reforma Republicana do Ensino, ocorrida entre os anos de 1890 e 1896.

Palavras-chave

Educação liberal - Escola Pública Paulista - Reforma republicana de ensino

Abstract

This it is specified refers to the work of Casemiro dos Reis Filho, result of its doctorate research in Education for PUC/SP, that consists of a critical study on the teaching public from São Paulo in the primary, secondary levels and superior during the implantation of the Republican Reform of the Teaching, happened among the years of 1890 and 1896.

Key words

Liberal education - São Paulo Public School - Republican reform of the teaching

Esta obra de Casemiro dos Reis Filho, resultado de sua pesquisa de doutorado em Educação pela PUC/SP, consiste num estudo crítico sobre o ensino público paulista nos níveis primário, secundário e superior durante a implantação da Reforma Republicana do Ensino, ocorrida entre os anos de 1890 e 1896. O autor compreende a educação como inseparável do contexto sócio-cultural - “cada sociedade elabora historicamente seu sistema de educação a partir da estrutura e das organizações sociais”.

O trabalho, praticamente, limita-se a descrever o contexto em que ocorreu as *Origens da Escola Pública Paulista*. Percorrendo a história, principalmente, entre o final do II Reinado e os primeiros anos da República Velha ou Primeira República, com uma farta documentação, revela as disputas políticas, os principais idealizadores, os princípios, os agentes e a forma como ocorreu o surgimento da Escola Pública Paulista. Neste sentido, o subtítulo da obra contribui para a compreensão do seu título: *A Educação e a Ilusão Liberal*.

O autor demonstra que o surgimento da Escola Pública Paulista insere no

contexto da democracia liberal, de inspiração norte-americana, cujo princípio baseia-se na crença de que cidadão é o portador de título de eleitor, capaz de votar e ser votado – democracia representativa -, e o poder dos dirigentes e representantes é delegado através do voto. Para isso basta saber ler e escrever. Nesse contexto, escola é entendida como a forma de ampliar a democratização da sociedade.

O autor demonstra que os princípios de liberdade, de participação, federalização, não intervenção do Estado, que fundamentam a chamada democracia republicana liberal, na prática, foram sendo negados estabelecendo-se um processo de intervenção e centralização do poder que iria perdurar para além do período mais especificamente pesquisado pelo autor (1890-96), predominando até o final da República Velha, em 1930. Por isso a “ilusão” liberal.

A Proclamação da República foi a solução encontrada para por fim à crise sócio-política que vinha sendo enfrentada durante o II Império, manifesta, entre outras questões pela escravidão, a questão militar e a questão religiosa, que geravam

insatisfação e instabilidade política. Ainda que com algumas discordâncias, o Partido Republicano expressava a direção da superação desse estado social de ser. Citado pelo autor, Alberto Torres assim se expressa:

*O Partido Republicano Brasileiro era, na sua essência, um partido democrático, federalista, representativo, que pretendia a direta delegação do poder, pelo processo eletivo, com discriminação das funções legislativa e executiva, com órgãos diversos, estas na presidência ou no conselho eletivo, aquelas no parlamento. Penso que isso é o que aspiram os republicanos brasileiros; essa é a única república atualmente razoável, a única solução à crise política que nos convulsiona*¹.

Assim, pelo Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, é proclamada a República Federativa do Brasil. Transformam-se as antigas Províncias em Estados Unidos do Brasil e declara-se o direito universal de todos os brasileiros (masculinos, que soubessem ler e

escrever), no gozo de seus direitos políticos e civis. Institui-se o presidencialismo, de inspiração norte-americana.

Assim, os Republicanos Paulistas, pretendiam fundar uma República e um Estado Democrático com uma constituição, leis liberais e uma Escola Pública de caráter universal e gratuita em todos os níveis e tipos, para possibilitar ao cidadão a escolha livre de seus representantes e sua auto-determinação.

A ilusão da democracia liberal não ficou apenas por conta das questões políticas. Aliada a estas, a escola pública também não conseguiu universalizar-se. Os mestres da Segunda Escolástica² Portuguesa já não mais existem³. E, no Império e primeiros anos da República Velha, a escola ficou reduzida, basicamente, à alfabetização, apesar de todo o idealismo e empenho dos republicanos, que, em sintonia com as

¹ FILHO, Casemiro dos Reis. *A Educação e a Ilusão Liberal: origens do ensino público paulista*. Campinas/SP: Autores Associados, 1995. p. 16.

² “A denominação de *Segunda Escolástica*, para o período da filosofia portuguesa que se inicia com Pedro da Fonseca (1528/1597) e se estende até meados do século XVIII, foi sugerida a Joaquim de Carvalho pela obra de Carlo Giacom (*La Seconda Scolastica*, Milão, 1946)”. PAIM, Antonio. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Editora Convívio, 1984.

exigências do mundo moderno, com as transformações políticas, culturais, científicas que estavam ocorrendo, tanto na Europa quanto na América do Norte, advogam a importância da instrução.

A instrução popular é vista como intimamente ligada à organização política e ao mundo do trabalho. Numa perspectiva utilitarista, naturalista e positivista, Rangel Pestana assim se expressa:

‘Quanto mais solidamente é um povo instruído, tanto mais forte e produtor se torna. É preciso porém que a instrução prepare homens úteis, capazes de aumentar as forças progressivas do país e de fomentar em alto grau a sua riqueza, que seja integral, concreta, tão completa quanto possível, como recapitulação das verdades afirmadas pela ciência’⁴.

Daí a importância da formação de bons professores pois, “considerando que a instrução pública bem dirigida é o mais forte e eficaz elemento do progresso (...), convém forçosamente atender às qualidades dos mestres e a proficiência da instrução”⁵, E acrescenta: “Ora, não

serão os velhos mestres, formados na escola de abusos, de patronato, de cortesanismo oficial, que hão de desempenhar a nova missão (...) É fora de dúvida que a República precisa formar novos mestres”⁶.

Caetano de Campos, continuador das idéias de Pestana, influenciado pelo naturalismo, biologismo e cientificismo europeus do final do século XIX e pelo pragmatismo americano propõe um modelo de ensino popular baseado no “princípio pedagógico (...) da educação pública, gratuita, universal, obrigatória e laica”⁷.

Campos defendia a gratuidade do ensino público dos 4 até os 18 anos. Chegou a propor uma estrutura vertical que deveria acompanhar o processo de desenvolvimento da pessoa: dos 4 aos 6 anos Jardim Infantil; dos 7 aos 10 Escola de 1º grau, que se completava com o secundário, dividido em duas etapas: dos 11 aos 14 Escolas de 2º grau e dos 15 aos 18 Escola de 3º grau.

Campos atribui à instrução uma importância fundamental. Afirma que

³ Uma referência aos jesuítas expulsos por Pombal.

⁴ FILHO, Casemiro dos Reis. Op. Cit. p. 43.

⁵ Idem. Idem. p. 49.

⁶ Idem. Idem. p. 43.

“sem o preparo intelectual nenhum povo está apto para as conquistas do progresso, como nenhum homem está armado para as lutas do trabalho”⁸. E continua: “nosso país não teria ficado tanto tempo no estado em que se acha, se outra fosse a educação do brasileiro”⁹. Como pode-se perceber os republicanos, além de terem uma visão um tanto redentora e messiânica a respeito da educação, viam uma estreita dependência entre democracia republicana e educação popular.

Tanto para Pestana quanto para Campos a Escola Normal teria a nobre função de preparar os mestres para levarem adiante a democratização do país e a auto-determinação dos indivíduos.

A primeira Escola Normal no Brasil foi criada em 1835. Em São Paulo, a primeira, foi criada em 1846 e, depois de ter sido estigmatizada pelo Inspetor Geral de Instrução Pública em 1852 e pelo Presidente da Província João da Silva Carrão em 1866, como inútil, foi fechada sem ter conseguido diplomar sequer

quarenta alunos em 20 anos de funcionamento.

Depois do fracasso da primeira experiência de Escola Normal, em fevereiro de 1875 foi reaberta a Segunda Escola Normal. Mas novamente foi fechada em 30 de junho de 1878, tendo formado 27 homens e 17 mulheres.

Dois anos mais tarde em 25 de abril de 1880, foi aberta a terceira Escola Normal, que deu origem ao atual Instituto de Educação “Caetano de Campos”, da Praça da República em São Paulo. Desde então, a Escola Normal, passou a desempenhar um papel de relativa importância na formação de professores e na inovação dos processos de ensino. Teve destaque a atuação de Antônio Silva Jardim, como diretor da seção masculina. Silva Jardim desenvolveu o método de leitura chamado de *Palavração*¹⁰. Mas em maio de 1886 exonera-se e a Escola Normal passa por mais uma reforma, a última durante o Império. A Escola Normal Reformada do Período Republicano de 1890-96 sofreu modificações em 1890 e, depois 1893, com a entrada em vigor do regulamento

⁷ Idem. Idem. p. 59.

⁸ Idem. Idem. p. 61.

⁹ Idem. Idem. p. 75.

¹⁰ Idem. Idem. p. 153.

da Instrução Pública de 30 de dezembro de 1892 e foi modificada novamente com a reorganização do ensino em 1893 só implantadas em 1894. Em 1896, foi modificado o regimento interno da Escola Normal e modificada novamente em 1902.

O autor diz que

*é visível, portanto, a preocupação de formar um professor com enciclopédica informação científica, possivelmente para garantir uma visão naturalista do universo, considerada pelo cientificismo da época o objetivo de toda educação. Desse modo, à fundamentação pedagógica, preferiu-se uma base científica propedêutica e deixou-se a cargo dos exercícios de ensino, na Escola-Modelo, o preparo prático do professor primário*¹¹.

Percebe-se que vão ocorrendo mudanças tanto na estrutura quanto nas finalidades da Escola Normal em São Paulo.

No Regulamento da Escola Normal de São Paulo, aprovado em 9 de outubro de 1896, o curso superior reaparece apenas como um dos cursos da Escola Normal de São Paulo, e ‘destinado à formação de professores de ensino secundário’... a própria idéia de curso normal superior, destinado à formação de professores secundários, caiu no esquecimento, por dispensável na

*época. Voltaria com a designação de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1934, como parte da organização da Universidade de São Paulo*¹².

Se por um lado, desde o Império o Estado de São Paulo já possuía o curso secundário preparatório anexo à Faculdade de Direito mantido pelo governo central, por outro, o ensino secundário e superior mantidos pelo governo paulista só foi implantado em 1894, alguns anos após a Proclamação da República, revelando que as propostas de gratuidade do ensino dos republicanos liberais, não foram imediatamente postas em prática assim que assumiram o poder.

Em relação ao ensino superior, em especial o universitário, há uma explicação possível para a demora na sua implementação. Rangel Pestana, defensor do republicanismo, num de seus depoimentos expressa bem o preconceito que havia em relação à idéia de universidade: “‘Condene as universidades onde quer que as coloquem, no centro ou nas províncias, prefiro a disseminação de escolas superiores’”¹³. Casemiro dos

¹¹ Idem. Idem. p. 158.

¹² Idem. Idem. p. 162.

¹³ Idem. Idem. 37.

Reis revela o motivo de tal aversão, dizendo que

atrás da condenação esconde-se o velho receio de que o ensino superior viesse a modelar-se na universidade do tipo medieval, tão combatido pelos liberais de todos os matizes. A preferência pela difusão de escolas superiores prende-se à tradição do iluminismo francês que desde Dom João VI, vinha influenciando na criação de escolas isoladas e profissionalizantes. Justifica-se, entretanto, a idéia pelo fato de melhor atender aos regionalismos, e permitir uma distribuição mais eqüitativa de escolas superiores pelo território nacional¹⁴.

Isto, de certa forma, explica porque, efetivamente, a universidade brasileira só surge, “tardiamente”, em 1934.

Realizada a transição do Império para o Regime Republicano de forma tranqüila e pacífica, sem a participação popular, a idealizada democratização pelo voto, viabilizada através da educação, não foi muito além das boas intenções. A centralização do poder, o intervencionismo, o mandonismo, o patrimonialismo e o coronelismo, ao contrário da emancipação pressupõem a sujeição dos indivíduos e tem no

analfabetismo uma de suas base de sustentação.

A administração dos serviços públicos, inclusive o da educação, era colocada sob as influências político-partidárias. A oligarquia ruralista organizava-se, empolgando os postos-chaves do Partido Republicano Paulista e os representantes da classe média eram despojados de influência política. O servidor público era mais um funcionário do partido do que membro da burocracia estatal. A dominação dos chefes municipais, dos ‘coronéis’ consolidava-se. O Congresso Estadual tornou-se, pelo processo eleitoral, expressão unânime do situacionismo republicano. As ilusões democrático-liberais cederam lugar à realidade oligárquica, que irá predominar até o fim da República Velha, em 1930¹⁵.

O ideal republicano liberal da escola pública, gratuita e universal foi suplantado pelas oligarquias, ciosas de manter-se no poder. O Estado, que deveria viabilizar as condições para a concretização deste ideal, controlado pelas elites, foi instrumentalizado à sua reprodução e não para a emancipação e auto-determinação dos indivíduos. Assim, mesmo em sua reduzida função de alfabetização, o Estado deixou de cumprir o seu papel, quanto mais de universalizar

¹⁴ Idem. Ibidem.

a educação, garantir o livre acesso a todos, em todos os níveis e possibilitar uma formação humana, técnica e científica.

O autor demonstra que havia um ideal democrático de cunho republicano liberal nos idealizadores das reformas educacionais. E, neste sentido, foi realizado um grande esforço na criação de escolas públicas em todos os níveis e graus. Esforço este que perdurou enquanto se manteve a crença no papel da educação como instrumento de reforma política.

Esta obra “*A Educação e a Ilusão Liberal: Origens da Escola Pública Paulista*”, de caráter descritivo como foi dito acima, com base, principalmente, em fontes primárias, se constitui num importante resgate do contexto histórico das origens da Escola Pública Paulista e de seu processo de desenvolvimento, possibilitando, assim, uma visão mais ampla do fenômeno educativo, permitindo ao educador compreender mais profundamente suas funções.

O resgate histórico do fenômeno educacional permite perceber que as concepções e as idéias “não ocorrem fora de lugar e de época”. Antes disso, correspondem ao processo de desenvolvimento da produção material da sociedade. Aliás, a teoria e a prática históricas constituem um objeto único e não coisas dissociadas; correspondem a uma totalidade histórica - a prática social dos homens. Assim, não dá para se falar de crise da educação, sem se referir à crise de um tipo de organização social que tem a educação como parte dela. Isto permite desfazer certos idealismos e voluntarismos que supõem que para mudar a realidade bastam boas intenções, boa vontade, belos projetos. Ainda que necessários, não são suficientes. Marx diz que “toda vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que levam a teoria ao misticismo encontram a sua solução na praxis humana e no compreender desta praxis”¹⁶. Isto significa dizer que a realidade se constitui numa unidade prático-teórica, mutuamente condicionadas. Infra-estrutura e superestrutura condicionam-se reciprocamente. Contudo, o poder das

¹⁵ FILHO, Casemiro dos Reis. Op. Cit. p. 31.

¹⁶ Tese 8 de Marx sobre Feuerbach. In: MARX, K & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Lisboa: edições Avante, 1981. p. 105.

idéias é mais limitado que o da base material. Neste sentido, K. Marx diz que “não é a consciência que determina o ser social, mas sim o ser social é que determina a consciência”¹⁷.

As idéias e as teorias não têm autonomia. Numa visão sistêmica Durkheim

*já afirmava que não há sistema educacional arbitrário, corresponde sempre a dado tipo de sociedade. Por isso mesmo, transformá-lo supõe mudanças sociais concomitantes. Por outro lado, nenhuma transformação social profunda se realiza sem a criação de uma estrutura de ensino para consolidá-la, por meio da formação adequada das novas gerações. Se é ilusão mudar só pela estrutura de ensino, nenhuma renovação social é possível sem uma profunda reforma educacional*¹⁸.

A importância desta obra de Casemiro dos Reis Filho não se deve apenas ao fato de resgatar o passado e possibilitar o acesso a ele, mas também à possibilidade de acompanhar e compreender o processo de desenvolvimento e as transformações que vão ocorrendo enquanto se processam as transformações na maneira de produzir e se organizar socialmente. Além disso,

através da compreensão da base histórica da origem da Escola Pública Paulista, há a possibilidade de lançar luzes para se compreender seu estágio atual, repensar e formular novas propostas. Deste modo, sua leitura e conhecimento se fazem necessários a todos quantos estão interessados em compreender educação e seu papel social.

¹⁷ MARX, K & ENGELS, F. A *Ideologia Alemã*. Lisboa: edições Avante, 1981. p. 30.

¹⁸ FILHO, Casemiro dos Reis. Op. Cit. p. 7.

BIBLIOGRAFIA

FILHO, Casemiro dos Reis. *A Educação e a Ilusão Liberal: origens do ensino público paulista*. Campinas, SP : Autores Associados, 1995. p. 16.

PAIM, Antonio. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. 3. ed., Rio de Janeiro : Convívio, 1984.

MARX, K & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Lisboa : Avante, 1981. p. 105.

Paulino José Orso

Professor do Departamento de Educação da
UNIOESTE, Campus de Cascavel – PR,
doutorando em Educação pela Universidade
Estadual de Campinas – UNICAMP
e-mail - luanakruger@uol.com.br
